



Grupo Caixa Geral de Depósitos

CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo Especial de Investimento Aberto

RELATÓRIO & CONTAS

2008

ÍNDICE

AMBIENTE MACRO ECONÓMICO	2
Economia Internacional	2
Economia Portuguesa	4
Mercado de Capitais	7
Perspectivas Para 2009	9
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS	10
RELATÓRIO DE GESTÃO	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Evolução Global

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem nos EUA em Agosto de 2007, com uma gradual propagação à actividade económica.

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
União Europeia (25)	2,9	1,0	2,4	3,7	7,1	7,2
Área do Euro ^(*)	2,7	0,9	2,1	3,3	7,5	7,8
Alemanha	2,5	1,3	2,3	2,8	8,4	7,1
França	2,2	0,8	1,6	3,2	8,3	7,8
Reino Unido	3,0	0,7	2,3	3,4	5,3	5,7
Espanha	3,7	1,2	2,8	4,1	8,3	11,3
Itália	1,5	-0,6	2,0	3,5	6,1	6,7
EUA	2,0	1,1	2,6	3,4	5,0	7,9
Japão	2,4	-0,3	-0,4	0,6	3,8	4,0

FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2009

(*) CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Segundo os últimos dados disponíveis, é expectável que a economia mundial tenha registado um crescimento do produto de 3,3% em 2008, face aos 5,2% que se verificaram no exercício precedente. Embora em desaceleração, as economias emergentes deverão ter continuado a ser as principais dinamizadoras do crescimento mundial, com uma progressão estimada de 6,3% em 2008. Merece destaque a performance da China e da Índia, que deverão ter registado taxas de crescimento de 9,0% e 7,3%, respectivamente.

Em contraste com estes níveis robustos de crescimento, as economias mais avançadas deverão ter visto o ritmo de expansão da sua actividade económica ser reduzido para patamares muito baixos, sendo inclusivamente expectável um decréscimo do produto no Japão na ordem dos 0,3% em 2008.

Durante o primeiro semestre, os sinais de desaceleração económica foram-se tornando cada vez mais evidentes, sobretudo nos EUA, enquanto na Europa se mantinha ainda como principal preocupação a subida da inflação. No segundo semestre, a deterioração do balanço das instituições financeiras, com anúncios sucessivos de perdas elevadas, acentuou a turbulência nos mercados.

A incerteza e o aumento do risco de contraparte atingiram uma dimensão que levou à quase paralisia dos mercados monetários interbancários e de dívida privada, obrigando os bancos centrais à tomada de medidas excepcionais, que passaram pela criação de novas linhas de financiamento, pelo alargamento do leque de instituições e colaterais elegíveis e pela flexibilização de regras contabilísticas.

Neste enquadramento, mas também como forma de fomentar a actividade económica, os Bancos Centrais procederam a sucessivas descidas das taxas de referência, bem como a injeções de liquidez.

A 8 de Outubro de 2008, numa iniciativa inédita, o Banco Central Europeu, a Reserva Federal e o Banco de Inglaterra procederam a um corte nas taxas de referência em 50 p.b.. Estas instituições procederam posteriormente a novas descidas, tendo a taxa directora no final do ano sido fixada em 2,5% na Zona Euro e num patamar entre zero e 0,25% nos EUA.

Finalmente, em consequência da diminuição da procura a nível mundial, os preços dos combustíveis e das *commodities* têm vindo a diminuir consideravelmente, tendo o petróleo passado de uns historicamente elevados 147 dólares, em Julho, para patamares abaixo de 40 dólares durante Dezembro de 2008.

União Europeia

Os primeiros sinais de abrandamento económico na Zona Euro surgiram no final de 2007. A turbulência verificada nos mercados financeiros internacionais teve como consequência uma diminuição dos índices de confiança dos consumidores e empresas, o que, a par da subida do preço dos bens energéticos e da apreciação do euro verificada na primeira metade do ano, deixou antever a desaceleração da actividade económica que se verificou em 2008.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em %)			
	União Europeia		Zona Euro	
	2007	2008	2007	2008
Produto Interno Bruto (PIB)	2,9	1,0	2,7	0,9
Consumo privado	2,2	1,0	1,6	0,5
Consumo público	2,0	2,2	2,3	2,1
FBCF	5,4	0,4	4,3	0,6
Procura Interna	3,0	n.d.	2,5	n.d.
Exportações	5,0	n.d.	5,9	n.d.
Importações	5,2	n.d.	5,4	n.d.
Taxa de Inflação (IHPC)	2,4	3,7	2,1	3,3

CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Deste modo, a Comissão Europeia antecipa para 2008 um crescimento do PIB na União Europeia e na Zona Euro de 1,0% e 0,9%, respectivamente, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (2,9% e 2,7%). Esta performance será bastante condicionada pela Irlanda e Itália, que devem apresentar no final de 2008 uma diminuição do produto nacional de 2,0% e 0,6%, respectivamente.

Até Julho, o constante aumento do preço do petróleo provocou um acréscimo nos custos de produção, que, por sua vez, se reflectiu no preço a que os bens se encontravam acessíveis no mercado. Desta forma o rendimento disponível pela população da zona euro registou um decréscimo no primeiro semestre de 2008, o que provocou uma desaceleração no consumo privado.

Por outro lado, a apreciação do euro face ao dólar contribuiu para a redução da dinâmica das exportações, uma vez que os bens produzidos na zona euro se tornara relativamente mais caros para os parceiros comerciais.

De acordo com a Eurostat, a Zona Euro entrou em recessão técnica no terceiro trimestre de 2008, uma vez que apresentou crescimento do produto negativo em dois trimestres consecutivos (-0,2%). Esta redução do Produto foi provocada pelo decréscimo verificado no crescimento do investimento, bem como pelo aumento das importações.

No que diz respeito à evolução dos preços, a taxa homóloga de inflação em Dezembro foi de 1,6%, o que representa um relevante decréscimo em relação aos 4,0% verificados em Julho. Face à súbita diminuição das pressões inflacionistas, o BCE decidiu abandonar a política monetária seguida desde 2005, caracterizada por subidas sucessivas das taxas de referência como instrumento para controlo da taxa de inflação.

No último trimestre de 2008, a autoridade monetária da Zona Euro interveio por três vezes na taxa directora, acumulando uma descida de 1,75 p.p., tendo-a fixado em 2,5% na reunião de 4 de Dezembro de 2008. A par da descida da taxa directora, o BCE decidiu ainda alargar a lista de activos elegíveis como garantia em operações de crédito do Eurosistema.

De modo a atenuar os efeitos da crise económica, a Comissão Europeia aprovou em Dezembro um plano no qual prevê a utilização de 1,5% do PIB europeu em medidas de relançamento da economia, o que, em conjugação com a redução das receitas deverá conduzir ainda em 2008 a um aumento do défice do Sector Público Administrativo, devendo este fixar-se em 2,0% do PIB.

2. ECONOMIA PORTUGUESA

Evolução Global

Em 2008 a economia portuguesa deverá apresentar um crescimento do PIB de 0,2%, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (1,9%).

Este desempenho terá sido bastante condicionado pela Formação Bruta de Capital Fixo e pelas Exportações que terão um contributo menos positivo para o crescimento do produto, sendo inclusivamente expectável que o investimento apresente uma redução de 0,8% face a 2007.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	(em %)		
	2006	2007	2008
PIB (Taxas de variação real)	1,4	1,9	0,2
Consumo privado	1,9	1,6	1,4
Consumo público	-1,4	0,0	0,1
FBCF	-0,7	3,2	-0,8
Procura Interna	0,8	1,8	0,8
Exportações	8,7	7,5	0,3
Importações	5,1	5,6	2,3
Taxa de Inflação (IHPC)	3,0	2,4	2,7
Rácios			
Taxa de desemprego	7,8	8,1	7,8
Défice do SPA (em % do PIB)	-3,9	-2,6	-2,2
Dívida Pública (em % do PIB)	64,7	63,6	64,6

CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Estes valores incorporam o agravamento do enquadramento internacional com a propagação da crise dos mercados financeiros à economia real, que se reflectiu na diminuição da Procura externa dirigida à economia portuguesa, com a conseqüente desaceleração das exportações, que deverão ter apresentado uma redução de 7,2 p.p. no seu crescimento, fixando-se em 0,3% em 2008.

No mesmo sentido, a deterioração da confiança por parte dos investidores e consumidores, em conjugação com uma maior restritividade no acesso ao crédito, deverá ter-se reflectido no investimento e consumo, nomeadamente no crédito à habitação.

De facto, o contexto de elevada incerteza relativa à evolução da economia e de elevado nível de endividamento que as famílias portuguesas enfrentam, poderá ter conduzido a uma reavaliação das decisões de consumo por parte dos particulares, não obstante a redução da taxa normal do IVA de 21% para 20% que se verificou em Julho de 2008.

Ao nível da inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter verificado uma média anual de crescimento de 2,7%, o que representaria um acréscimo de 0,3 p.p. face ao verificado no ano precedente. Esta evolução foi bastante condicionada pelo aumento dos preços verificado nos bens energéticos e de matérias-primas na primeira metade do ano, que entretanto se inverteu, fruto da redução da procura a nível mundial e conseqüente aumento das reservas.

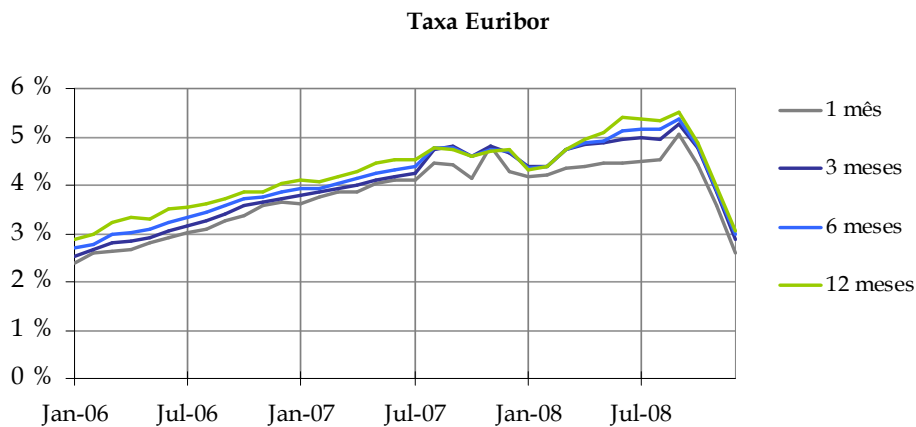
A taxa de desemprego em 2008 deverá apresentar uma ligeira redução dos 8,1% verificados em 2007 para os 7,8%, o que pode ser explicado pelo desfasamento existente entre o ciclo económico e as conseqüências a nível do mercado de trabalho. Deste modo, o reflexo da crise económica que actualmente se verifica, apenas deverá ter repercussões na taxa de desemprego em 2009.

Finalmente, o défice do Sistema Público Administrativo deverá apresentar uma redução de 0,4 p.p. face a 2007 (-2,2%), o que se encontra em linha com o definido no Relatório sobre a Orientação da Política Orçamental.

Taxas de Juro

Tal como referido anteriormente, até Julho o Banco Central Europeu prosseguiu uma política de incremento das taxas directoras como forma de garantir um nível de inflação compatível com a estabilidade de preços, tendo neste mês procedido a um aumento de 25 p.b. na taxa de referência.

No entanto, após esta data, as pressões inflacionistas foram-se reduzindo, à medida que os preços do petróleo e das principais matérias-primas diminuam, fruto da redução da procura mundial.



Com os sinais cada vez mais evidentes de dificuldades na economia europeia, e conseqüente aumento da incerteza e da percepção do risco, o mercado monetário apresentou crescentes sinais de ineficiência, o que implicou que o BCE procedesse a diversas injeções monetárias, como forma de garantir as necessidades de liquidez dos bancos.

Apesar da disponibilização de avultados montantes, o spread exigido nas operações de financiamento foi aumentando bastante, atingindo 150 p.b. em Outubro de 2008. Esta tendência ascendente apenas foi invertida em Novembro, após duas intervenções do BCE que totalizaram 100 p.b..

Até ao final do ano, a autoridade monetária da Zona Euro ainda interveio sobre a taxa directoras mais uma vez, fixando a mesma em 2,5%.

Fruto das alterações efectuadas pelo BCE nas taxas directoras, as taxas activas e passivas no sistema bancário inverteram a tendência ascendente a partir de Outubro, sendo expectável que as mesmas se aproximem da taxa de referência a médio prazo.

Evolução cambial

A taxa de câmbio do euro face ao dólar registou, em Dezembro de 2008, um valor médio de 1,345 USD, o que representa uma desvalorização de 7,7% face ao ano anterior. Até Julho de 2008, o euro apresentou valorizações face ao dólar, tendo atingido nesta data um valor de 1,577 USD. Esta tendência foi invertida com a divulgação de dados económicos da Zona Euro mais negativos que o expectável.

Face à libra esterlina, o euro obteve uma valorização de 24,6% em 2008, registando, em sentido inverso, uma depreciação face ao iene japonês (-25,1%).

3. MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas registaram dois momentos distintos durante 2008. O primeiro semestre foi caracterizado pelo aumento das taxas de rendimento das obrigações (yields), resultado do aumento da inflação e da subida das expectativas de crescimento dos preços. O forte aumento do preço das matérias-primas, em particular do petróleo, contribuiu para o agravamento dos receios em torno da estabilidade dos preços. A partir do início do segundo semestre, o agravamento das incertezas em torno do crescimento económico e o conseqüente aumento da aversão ao risco, tiveram reflexos negativos sobre o desempenho dos mercados de acções e de crédito, que, a par das reduções de taxas directoras por parte dos Bancos Centrais, levaram a que as yields passassem a mostrar uma tendência de descida. As taxas de rendibilidade das obrigações a 10 anos americanas encerraram o ano nos 2.21%, 181 p.b. abaixo do seu valor inicial. Na Zona Euro, a descida das yields foi, à semelhança do ano anterior, menos pronunciada, registando uma diminuição de 135 p.b. para os 2.95%. Em ambos os casos, as taxas de juro, quer das obrigações americanas, quer das obrigações europeias, encerraram o ano de 2008 perto dos valores mais baixos de sempre.

Taxas de Juros das Obrigações a 10 anos

	2007	2008
EUA	4,03%	2.21%
Reino Unido	4,57%	3.02%
Japão	1,51%	1.18%
França	4,42%	3.41%
Alemanha	4,32%	2.95%
Espanha	4,40%	3.81%
Portugal	4,55%	3.97%

Valores no final do ano.

Em Portugal, as taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa a 10 anos desceram de 4.55% para 3.97%, no final do ano, tendo registado o valor máximo de 5.09% em Julho.

Mercado Accionista

Os mercados accionistas apresentaram ao longo de 2008 uma tendência de descida, tendo os principais índices bolsistas atingido, no mês Novembro, os níveis mais baixos dos últimos 11 anos. A queda deste mercado, que se acentuou particularmente durante o segundo semestre, foi resultado do agravamento das preocupações quanto à intensidade e duração do abrandamento económico à escala mundial, dos elevados receios em relação à liquidez e solvência do sector financeiro, tendo tido especial impacto as notícias relacionadas com as agências governamentais para o sector da habitação nos EUA (Freddie Mac e Fannie Mae), os receios de falências de algumas instituições financeiras (Morgan Stanley, Merrill Lynch e AIG), e as falências dos bancos Lehman Brothers e Washington Mutual nos EUA. A limitada informação quanto ao impacto da crise nos bancos continuou a paralisar os mercados monetários interbancários. Esta conjuntura gerou um fortíssimo aumento dos indicadores de aversão ao risco, os quais registaram valores máximos históricos, e levou os investidores a refugiarem-se em títulos emitidos por entidades governamentais, apesar das inúmeras medidas de política monetária e fiscal implementadas pelas autoridades, muitas das quais sem precedentes.

Principais Índices Bolsistas

	2007		2008	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	13 281	+6,6%	8776	-33.8%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 651	+9,8%	1577	-40.5%
FTSE (Londres)	6 457	+3,8%	4434	-31.3%
NIKKEI (Tóquio)	15 308	-11,1%	8860	-42.1%
CAC (Paris)	5 614	1,3%	3218	-42.7%
DAX (Frankfurt)	8 067	22,3%	4810	-40.4%
IBEX (Madrid)	15 182	7,3%	9196	-39.4%
PSI-20 (Lisboa)	13 019	16,3%	6314	-51.3%

Em Portugal, à semelhança dos mercados internacionais a tendência ao longo do ano foi de queda, o mercado accionista registou uma descida de 51.3%, contra a subida de 16.3% em 2007.

4. PERSPECTIVAS PARA 2009

A economia mundial deverá apresentar em 2009 um crescimento muito fraco, próprio de um ambiente recessivo, com a maioria das regiões desenvolvidas a registarem uma contracção da actividade económica. A prolongada crise financeira continuará a fazer sentir os seus efeitos ao nível das restrições ao crédito e, conseqüentemente, das intenções de investimento dos agentes económicos. Por outro lado, a deterioração do mercado de trabalho irá afectar negativamente o consumo global das famílias, assim como o mau desempenho dos lucros condicionará o investimento das empresas.

A queda dos preços das matérias-primas verificada na segunda metade de 2008 e o menor ritmo da actividade económica deverão contribuir para uma acentuada descida da inflação, perspectivando-se por isso um relaxamento da política monetária por parte dos bancos centrais e o lançamento de medidas de política fiscal destinadas a suportar e relançar a actividade económica.

As taxas de juro de longo prazo, que atingiram valores mínimos históricos no final de 2008, deverão manter a tendência de descida até que a economia dê sinais de alguma recuperação, podendo descer ainda mais, se a recessão se prolongar, acentuando os riscos de deflação. O nível das taxas de juro poderá também ser alterado se os bancos centrais tomarem medidas não convencionais que envolvam a compra de obrigações de longo prazo em mercado.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelas autoridades monetárias, a crise no sistema financeiro e no mercado de crédito não se encontra ainda debelada. O impacto da acentuada deterioração do ambiente económico no aumento do número de falências de empresas e do desemprego, pode conduzir a um brusco aumento do crédito mal parado. Por este motivo tem-se verificado um forte aumento dos *spreads* desde 2007 e as novas emissões de dívida estão a ser colocadas em níveis tais, que permitem, de forma selectiva, encontrar oportunidades de investimento cujo potencial de rendibilidade seja muito atractivo.

Os mercados accionistas, depois de terem registado em 2008 um dos piores desempenhos de sempre, irão continuar a sofrer as conseqüências da conjuntura económica, espera-se por isso que o crescimento dos resultados das empresas seja novamente negativo e que os índices bolsistas registem elevada volatilidade, perante um quadro de grande incerteza. Não é, no entanto, de excluir que, a forte capacidade de antecipação deste tipo de mercados, permita aos investidores mais ágeis beneficiarem de fases de recuperação de mercado, originadas pela inversão de expectativas dos investidores.

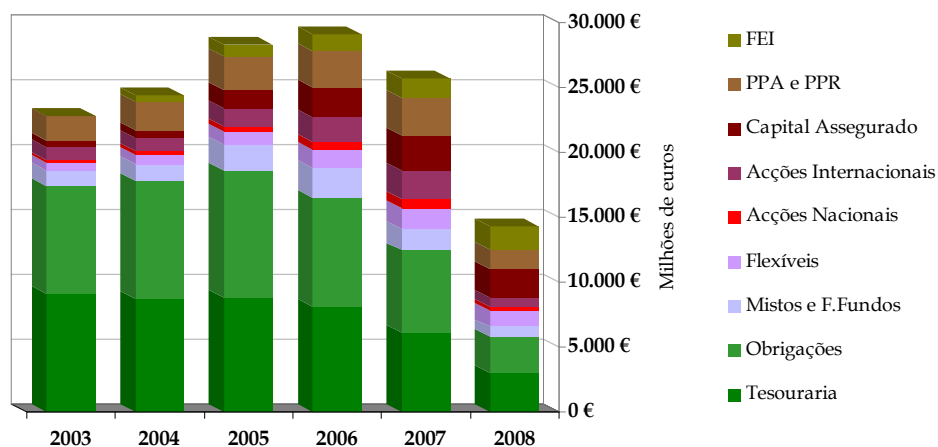
Embora em 2008 tenhamos já assistido a um considerável ajustamento do preço a que os investidores estavam dispostos a aceitar por um determinado risco, o enquadramento económico não é ainda favorável aos mercados financeiros em geral e ao dos fundos de investimento mobiliário em particular. No entanto, os baixos níveis de taxas de juro, que deverão ser a norma em 2009, tornarão este tipo de produtos mais competitivos e apelativos para o aforrador, em particular os de risco reduzido e que privilegiem estruturas de capital garantido.

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS

O mercado de fundos de investimento mobiliário português registou uma diminuição acentuada em 2008. No final do ano, o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras nacionais situava-se em 14 344 M€, o que correspondeu a uma queda de 44% face aos valores do início do ano.

A diminuição dos montantes sob gestão foi mais acentuada nos Fundos de Acções que baixaram 66% e nos Fundos de Obrigações e de Tesouraria que representavam cerca de 50% do mercado português e que perderam 6.526 M€ (50%). Ao longo do ano só se registaram aumentos de volume nos Fundos Especiais de Investimento (FEI).

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Ao longo do ano foram constituídos 32 fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e Fundos Flexíveis, e foram liquidados 30 fundos, especialmente Fundos de Capital Garantido e Fundos de Fundos; elevando para 292 o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final de 2008, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 88% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 25,2%, mais 1,07% do que em 2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade como Fundo Especial de Investimento Aberto em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações a longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Estratégia de Investimento

Ao longo do primeiro semestre de 2008 o fundo procurou aumentar a exposição a fundos com objectivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionais em fundos de acções. Esta decisão surge na sequência da visão mais negativa para os mercados accionistas e da tentativa de diversificar a carteira do fundo. Ao longo do segundo semestre de 2008 o fundo procurou aumentar a exposição a fundos com objectivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionais em fundos de acções. Esta decisão surge na sequência da visão mais negativa para os mercados accionistas e da tentativa de diversificar a carteira do fundo. O suporte que os diferentes países têm dado ao tema das energias renováveis intensificou as oportunidades de investimento no segmento de private equity, tendo o fundo procurado tomar partido destas oportunidades através do reforço da sua exposição no segmento.

Os mercados de acções de energias renováveis encerraram o semestre com uma performance extremamente negativa, com o índice Wilderhill Clean Energy Global a perder 55%, acompanhando a fraca performance dos mercados accionistas mundiais. Os efeitos da crise económica global, que provocou uma queda do consumo de petróleo mundial, levaram o preço do barril de petróleo a cair dos 140 dólares de final de Junho para os 44 dólares em Dezembro. Aliado a esta queda do barril de petróleo, a dificuldade de financiamento bancário e as eleições presidenciais nos EUA, também condicionaram a evolução deste sector ao longo do ano.

De forma a proteger os interesses dos investidores, e perante alguma incerteza que o segmento das energias renováveis passou, o fundo procurou manter uma exposição a investimentos sem risco e com elevada liquidez. Apesar da crise de liquidez que tem assolado os mercados financeiros, o segmento de private equity para projectos em energias renováveis, continua a receber volumes de investimento fortes provando que este tema permanece com elevado potencial de crescimento.

O crescente interesse e preocupação com as emissões de gases poluentes de países como os EUA tem aumentado as expectativas quanto à evolução do mercado de licenças de carbono. Este mercado

encontra-se bastante desenvolvido a nível europeu e começa agora a dar os primeiros passos no continente norte-americano.

Na componente de retorno absoluto, apesar do crescente leque de escolhas que começam a surgir, existem ainda algumas limitações nos hedge funds que operam neste espaço, pelo que o fundo continuará a analisar e acompanhar as hipóteses de investimento existentes. O fundo pretende aumentar a componente de fundos de retorno absoluto em energias renováveis, com o intuito de diversificar os seus investimentos e reduzir a correlação com os mercados accionistas.

Avaliação do desempenho

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 45.029.356 €, distribuídos por 8.676.274 unidades de participação. Em 2008, o Fundo registou uma rentabilidade líquida anual de - 12,07% e uma volatilidade de 9,06%. , fruto das exposições do Fundo ao segmento accionista.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
2008	- 12,07%	3

As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

Fonte: Apfipp

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008			2007		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO FUNDO			
Acções	3	-	-	-	-	1.356.000	Unidades de participação	1	43.381.370	43.288.250
Unidades de participação	3	40.306.249	3.323.088	(4.012.357)	39.616.980	35.851.051	Variações patrimoniais	1	2.890.457	2.499.986
Outros instrumentos de dívida	3	-	-	-	-	2.020.072	Resultados transitados	1	5.619.262	1.462.461
		<u>40.306.249</u>	<u>3.323.088</u>	<u>(4.012.357)</u>	<u>39.616.980</u>	<u>39.227.123</u>	Resultado líquido do exercício	1	(6.861.733)	4.156.801
									<u>45.029.356</u>	<u>51.407.498</u>
DISPONIBILIDADES							TERCEIROS			
Depósitos à ordem	3	1.573.038	-	-	1.573.038	2.910.422	Comissões a pagar	5	46.239	60.409
Depósitos a prazo e com pré-aviso	3	3.500.000	-	-	3.500.000	9.500.000	Outras contas de credores	17	167.926	776.144
		<u>5.073.038</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.073.038</u>	<u>12.410.422</u>			<u>214.165</u>	<u>836.553</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
Acréscimos de proveitos	5	43.356	-	-	43.356	115.504				
Outros acréscimos e diferimentos	5 e 11	510.147	-	-	510.147	491.002				
		<u>553.503</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>553.503</u>	<u>606.506</u>				
Total do Activo		<u><u>45.932.790</u></u>	<u><u>3.323.088</u></u>	<u><u>(4.012.357)</u></u>	<u><u>45.243.521</u></u>	<u><u>52.244.051</u></u>	Total do Capital do Fundo e do Passivo		<u><u>45.243.521</u></u>	<u><u>52.244.051</u></u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				8.676.274	8.657.650	Valor unitário da unidade de participação	1	5,1899	5,9378

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS							
DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
	Nota	2008	2007		Nota	2008	2007
Operações cambiais				Operações cambiais			
A prazo (Forwards cambiais)	11	6.364.434	8.878.945	A prazo (Forwards cambiais)	11	5.926.183	8.540.122
Total dos Direitos		<u>6.364.434</u>	<u>8.878.945</u>	Total das Responsabilidades		<u>5.926.183</u>	<u>8.540.122</u>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS		Notas	2008	2007	PROVEITOS		Notas	2008	2007
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
Juros e custos equiparados:					Juros e proveitos equiparados:				
Da carteira de títulos	5		-	395.618	Da carteira de títulos	5	1.535	628.003	
Comissões:					Outros, de operações correntes	5	488.471	144.099	
Da carteira de títulos	5		9.086	18	Rendimento de títulos	5	289.098	387.539	
Outras, de operações correntes	5 e 15		734.433	578.955	Ganhos em operações financeiras:				
Perdas em operações financeiras:					Na carteira de títulos	5	8.380.492	10.306.639	
Na carteira de títulos	5		14.475.363	5.608.272	Em operações extrapatrimoniais	5	433.519	351.964	
Em operações extrapatrimoniais	5		1.024.953	147.952			<u>9.593.115</u>	<u>11.818.244</u>	
Impostos:					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
Impostos sobre o rendimento	9		226.381	941.467	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		18.605	16.603	
Impostos indirectos	9		41	-					
Outros custos e perdas correntes	15		3.024	2.943					
			<u>16.473.281</u>	<u>7.675.225</u>					
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS									
Perdas imputáveis a exercícios anteriores			172	2.821					
Resultado líquido do exercício			(6.861.733)	4.156.801					
			<u>9.611.720</u>	<u>11.834.847</u>			<u>9.611.720</u>	<u>11.834.847</u>	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	12.187.270	25.385.212
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	<u>(11.703.678)</u>	<u>(12.907.723)</u>
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>483.592</u>	<u>12.477.489</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Resgates de unidades de participação	19.605.426	25.118.444
Venda de títulos	6.048.701	17.614.101
Rendimento de títulos	290.622	309.295
Juros e proveitos similares recebidos	77.633	551.906
Pagamentos:		
Compras de títulos	(2.888.735)	(20.869.174)
Subscrição de unidades de participação	(29.780.542)	(27.449.100)
Juros e custos similares pagos	-	(494.522)
Taxas de corretagem	(9.093)	-
Outras taxas e comissões	<u>(290)</u>	<u>(18)</u>
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>(6.656.278)</u>	<u>(5.219.068)</u>
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	80.255.989	4.080.923
Pagamentos:		
Operações cambiais	<u>(80.342.712)</u>	<u>(4.207.799)</u>
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>(86.723)</u>	<u>(126.876)</u>
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	401.386	59.891
Vencimento de depósitos a prazo e com pré-aviso	31.000.000	-
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(680.491)	(486.396)
Comissão de depósito	(48.606)	(44.162)
Constituição de depósitos a prazo e com pré-aviso	(25.000.000)	(9.500.000)
Impostos e taxas	(794.174)	(57.031)
Outros	<u>(2.989)</u>	<u>(3.388)</u>
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>4.875.126</u>	<u>(10.031.086)</u>
<u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Recebimentos:		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	<u>46.899</u>	<u>48.915</u>
Fluxo das operações eventuais	<u>46.899</u>	<u>48.915</u>
Saldo dos fluxos monetários do período	<u>(1.337.384)</u>	<u>(2.850.626)</u>
Depósitos à ordem no início do período	2.910.422	5.761.048
Depósitos à ordem no fim do período	<u>1.573.038</u>	<u>2.910.422</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (adiante igualmente designado por “Fundo”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeitos do anexo às contas anuais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante os exercícios de 2007 e 2008, apresenta o seguinte detalhe:

	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número total de unidades de participação em circulação	Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	32.715.480	595.267	16.862	1.445.598	34.773.207	6.543.096	5,3145
Subscrições	21.532.370	3.852.842	-	-	25.385.212	4.306.474	5,8947
Resgates	(10.959.600)	(1.948.123)	-	-	(12.907.723)	(2.191.920)	5,8888
Transferências	-	-	1.445.598	(1.445.598)	-	-	-
Outros	-	-	1	-	1	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4.156.801	4.156.801	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	43.288.250	2.499.986	1.462.461	4.156.801	51.407.498	8.657.650	5,9378
Subscrições	10.903.410	1.283.860	-	-	12.187.270	2.180.682	5,5887
Resgates	(10.810.290)	(893.388)	-	-	(11.703.678)	(2.162.058)	5,4132
Transferências	-	-	4.156.801	(4.156.801)	-	-	-
Outros	-	(1)	-	-	(1)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(6.861.733)	(6.861.733)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	43.381.370	2.890.457	5.619.262	(6.861.733)	45.029.356	8.676.274	5,1899

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre dos exercícios de 2006 a 2008, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2008	Março	58.059.081	5,5553	10.451.062
	Junho	58.477.817	5,8148	10.056.646
	Setembro	52.368.639	5,4191	9.663.629
	Dezembro	45.029.356	5,1899	8.676.274
2007	Março	36.722.573	5,5612	6.603.345
	Junho	41.108.033	5,8978	6.970.107
	Setembro	49.972.919	5,8168	8.591.154
	Dezembro	51.407.498	5,9378	8.657.650
2006	Março	12.811.332	5,1975	2.464.913
	Junho	25.250.090	4,9350	5.116.523
	Setembro	25.713.249	4,9619	5.182.150
	Dezembro	34.773.207	5,3145	6.543.096

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Entre 2% e 5%	1	1
Entre 0,5% e 2%	2	2
Até 0,5%	2.899	2.692
	-----	-----
Total de participantes	2.902	2.695
	====	====

2. VOLUME DE TRANSACÇÕES

O volume de transacções durante os exercícios de 2008 e 2007, foi o seguinte:

	2008					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Acções	1.475.600	-	2.008.629	-	3.484.229	-
Unidades de participação	1.413.135	29.780.542	2.019.722	19.605.426	3.432.857	49.385.968
Bilhetes de tesouro	-	-	2.020.350	-	2.020.350	-
	<u>2.888.735</u>	<u>29.780.542</u>	<u>6.048.701</u>	<u>19.605.426</u>	<u>8.937.436</u>	<u>49.385.968</u>
	2007					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Títulos da dívida pública	7.960.200	-	7.988.880	-	15.949.080	-
Acções	1.272.000	-	-	-	1.272.000	-
Unidades de participação	-	21.949.131	-	25.118.444	-	47.067.575
Bilhetes de tesouro	11.636.974	-	9.625.221	-	21.262.195	-
	<u>20.869.174</u>	<u>21.949.131</u>	<u>17.614.101</u>	<u>25.118.444</u>	<u>38.483.275</u>	<u>47.067.575</u>

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

No resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação, de acordo com as seguintes regras:

- i) 1,5% até 365 dias; e
- ii) 0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias.

Não é cobrada comissão de resgate quando o participante for uma entidade que se encontre em relação de domínio ou de grupo, ou ligado no âmbito de uma gestão comum ou por participação de capital, bem como sobre fundos geridos pela sociedade gestora e por entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo. Adicionalmente, não são cobradas comissões de subscrição.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate. Esta comissão não constitui proveito do Fundo.

Durante os exercícios de 2008 e 2007, o valor dos resgates e o valor das comissões de resgate cobradas aos participantes foi o seguinte:

	Valor		Comissões cobradas	
	2008	2007	2008	2007
Resgates	11.703.678	12.907.723	-	4.557

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	2008					
	Custo de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor de mercado	Juro Corrido	Valor de Balanço
Valores Mobiliários Cotados:						
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU						
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE						
- NOVEENERGIA II 2010	10.000.000	1.503.308	-	11.503.308	-	11.503.308
- ZEPHYR COM.CL B	3.000.000	-	(161.380)	2.838.620	-	2.838.620
- EUROPEAN CARBON FUND	1.375.000	1.230.909	-	2.605.909	-	2.605.909
- KENMAR GLOBAL RESOUR	2.155.637	-	(305.882)	1.849.755	-	1.849.755
- PF - WATER I	1.434.494	-	(443.036)	991.458	-	991.458
- MLIIF-NEW ENERGY A2	1.090.023	-	(489.754)	600.269	-	600.269
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	597.745	-	(267.031)	330.714	-	330.714
	<u>19.652.899</u>	<u>2.734.217</u>	<u>(1.667.083)</u>	<u>20.720.033</u>	-	<u>20.720.033</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Não Membro UE						
- RMF Delta Environmen	3.952.001	-	(1.218.175)	2.733.826	-	2.733.826
- BABCOCK & BROWN WIND	2.401.349	-	(979.834)	1.421.515	-	1.421.515
	<u>6.353.350</u>	-	<u>(2.198.009)</u>	<u>4.155.341</u>	-	<u>4.155.341</u>
Outros valores:						
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados						
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	4.534	-	4.504.534	-	4.504.534
- Luso Carbon Fund	2.500.000	562.679	-	3.062.679	-	3.062.679
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	21.658	-	1.421.658	-	1.421.658
	<u>8.400.000</u>	<u>588.871</u>	-	<u>8.988.871</u>	-	<u>8.988.871</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Mobiliário domiciliados em Portugal						
CAIXAGEST TESOURARIA	5.900.000	-	(147.265)	5.752.735	-	5.752.735
	<u>40.306.249</u>	<u>3.323.088</u>	<u>(4.012.357)</u>	<u>39.616.980</u>	-	<u>39.616.980</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

	2007					
	Custo de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor de mercado	Juro Corrido	Valor de Balanço
Valores Mobiliários Cotados:						
Mercado de Bolsa de Estados Membros EU						
Acções						
- IBERDROLA RENOVABLES	1.272.000	84.000	-	1.356.000	-	1.356.000
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE						
- MLIIF-NEW ENERGY A2	6.997.126	386.326	-	7.383.452	-	7.383.452
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	4.162.959	604.107	-	4.767.066	-	4.767.066
- NOVEENERGIA II 2010	4.500.000	108.049	-	4.608.049	-	4.608.049
- PF - WATER I	1.961.500	276.642	-	2.238.142	-	2.238.142
- EUROPEAN CARBON FUND	1.000.000	574.033	-	1.574.033	-	1.574.033
	<u>18.621.585</u>	<u>1.949.157</u>	<u>-</u>	<u>20.570.742</u>	<u>-</u>	<u>20.570.742</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Não Membro UE						
- BABCOCK & BROWN WIND	4.116.005	318.994	-	4.434.999	-	4.434.999
- RMF DELTA ENVIRONMEN	3.736.159	-	(94.682)	3.641.477	-	3.641.477
	<u>7.852.164</u>	<u>318.994</u>	<u>(94.682)</u>	<u>8.076.476</u>	<u>-</u>	<u>8.076.476</u>
Outros valores:						
Valores Mobiliários Nacionais Não Cotados						
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	133.040	-	4.633.040	-	4.633.040
- LUSO CARBON FUND	2.500.000	70.793	-	2.570.793	-	2.570.793
	<u>7.000.000</u>	<u>203.833</u>	<u>-</u>	<u>7.203.833</u>	<u>-</u>	<u>7.203.833</u>
Outros instrumentos de dívida						
Bilhetes de Tesouro						
- BT 18JAN2008	2.019.631	441	-	2.020.072	60.878	2.080.950
	<u>36.765.380</u>	<u>2.556.425</u>	<u>(94.682)</u>	<u>39.227.123</u>	<u>60.878</u>	<u>39.288.001</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante os exercícios de 2007 e 2008, foi o seguinte:

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo e com pré-aviso	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	5.761.048	-	5.761.048
. Aumentos	-	9.500.000	9.500.000
. Reduções	(2.850.626)	-	(2.850.626)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2.910.422	9.500.000	12.410.422
. Aumentos	-	25.000.000	25.000.000
. Reduções	(1.337.384)	(31.000.000)	(32.337.384)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>1.573.038</u>	<u>3.500.000</u>	<u>5.073.038</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição por moeda de origem dos depósitos à ordem é a seguinte:

Moeda	2008	2007
EUR	1.392.619	2.824.263
AUD	176.190	86.159
USD	4.229	-
Total	<u>1.573.038</u>	<u>2.910.422</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos à ordem em Euros encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros às taxas anuais brutas de 3,42% e 4,69%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa anual bruta de 5,36% e 4,95%, respectivamente, e têm a sua data de reembolso prevista para o dia 16 de Janeiro de 2009 e 9 de Janeiro de 2008, respectivamente.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfaseamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no exercício em que são recebidos ou quando a sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela sociedade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões - Outras, de operações correntes".

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de “Ganhos ou Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”, por contrapartida da rubrica de “Acréscimos e diferimentos”, do activo ou do passivo.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

	2008							
	Ganhos de Capital			Juros			Rendimento	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	de títulos	
Operações à vista:								
Acções	709.900	-	709.900	-	-	-	-	709.900
Unidades de participação	7.364.923	304.949	7.669.872	-	-	-	289.098	7.958.970
Outros instrumentos de dívida	-	720	720	1.535	-	1.535	-	2.255
Depósitos	-	-	-	439.169	49.302	488.471	-	488.471
Operações a prazo								
Operações cambiais	-	433.519	433.519	-	-	-	-	433.519
	<u>8.074.823</u>	<u>739.188</u>	<u>8.814.011</u>	<u>440.704</u>	<u>49.302</u>	<u>490.006</u>	<u>289.098</u>	<u>9.593.115</u>
	2007							
	Ganhos de Capital			Juros			Rendimento	Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	de títulos	
Operações à vista:								
Títulos de dívida pública	25.400	28.680	54.080	198.301	-	198.301	-	252.381
Acções	84.000	-	84.000	-	-	-	-	84.000
Unidades de participação	6.687.148	3.466.568	10.153.716	-	-	-	387.539	10.541.255
Outros instrumentos de dívida	6.965	7.878	14.843	368.824	60.878	429.702	-	444.545
Depósitos	-	-	-	82.833	61.266	144.099	-	144.099
Operações a prazo								
Operações cambiais	-	351.964	351.964	-	-	-	-	351.964
	<u>6.803.513</u>	<u>3.855.090</u>	<u>10.658.603</u>	<u>649.958</u>	<u>122.144</u>	<u>772.102</u>	<u>387.539</u>	<u>11.818.244</u>

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Rendimento de títulos” corresponde aos rendimentos distribuídos pelos seguintes fundos de investimento:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
BABCOCK & BROWN WIND	264.235	355.432
MLIIF-NEW ENERGY A2	24.863	32.107
	-----	-----
	<u>289.098</u>	<u>387.539</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outros acréscimos e diferimentos” inclui os rendimentos divulgados e ainda não distribuídos pela sociedade gestora do fundo de investimento imobiliário “Babcock & Brown Wind” nos montantes de 70.683 Euros e 132.398 Euros, respectivamente.

CUSTOS

2008								
Perdas de Capital								
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total	Juros decorridos	Comissões			Total
					Vencidas	Decorridas	Total	
Operações à vista:								
Acções	793.900	738.971	1.532.871	-	-	-	-	1.532.871
Unidades de participação	10.370.689	2.571.363	12.942.052	-	-	-	-	12.942.052
Outros instrumentos de dívida	440	-	440	-	-	-	-	440
Operações cambiais	-	1.024.953	1.024.953	-	-	-	-	1.024.953
Comissão:								
De gestão	-	-	-	-	625.532	41.882	667.414	667.414
De depósito	-	-	-	-	44.680	2.992	47.672	47.672
Taxa de supervisão	-	-	-	-	17.982	1.365	19.347	19.347
Carteira de títulos	-	-	-	-	9.086	-	9.086	9.086
	<u>11.165.029</u>	<u>4.335.287</u>	<u>15.500.316</u>	<u>-</u>	<u>697.280</u>	<u>46.239</u>	<u>743.519</u>	<u>16.243.835</u>

2007								
Perdas de Capital								
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total	Juros decorridos	Comissões			Total
					Vencidas	Decorridas	Total	
Operações à vista:								
Títulos de dívida pública	25.400	-	25.400	117.173	-	-	-	142.573
Unidades de participação	5.576.349	-	5.576.349	-	-	-	-	5.576.349
Outros instrumentos de dívida	6.523	-	6.523	278.445	-	-	-	284.968
Operações cambiais	-	147.952	147.952	-	-	-	-	147.952
Comissão:								
De gestão	-	-	-	-	470.572	54.958	525.530	525.530
De depósito	-	-	-	-	33.612	3.926	37.538	37.538
Taxa de supervisão	-	-	-	-	14.362	1.525	15.887	15.887
Carteira de títulos	-	-	-	-	18	-	18	18
	<u>5.608.272</u>	<u>147.952</u>	<u>5.756.224</u>	<u>395.618</u>	<u>518.564</u>	<u>60.409</u>	<u>578.973</u>	<u>6.730.815</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 20%, quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas spot e forward contratadas no início das operações.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto sobre o rendimento:		
· Impostos pagos em Portugal:		
- Rendimento de unidades de participação	116.182	729.811
- Juros de depósitos à ordem	48.035	15.165
- Juros de depósitos a prazo	49.659	13.657
- Ganhos em operações cambiais a prazo	8.258	-
- Juros de bilhetes do tesouro	306	85.940
- Juros de títulos da dívida pública	-	39.660
· Impostos pagos no estrangeiro:		
- Rendimento de unidades de participação	3.941	57.234
	-----	-----
	226.381	941.467
	-----	-----
Impostos indirectos - Imposto do Selo:		
· Pago em Portugal	34	-
· Pago no estrangeiro	7	-
	-----	-----
	41	-
	-----	-----
	226.422	941.467
	=====	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Fundo detinha os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moedas	2008					
	Posição cambial					
	À Vista	A Prazo			Opções	Posição Global
Forward		Futuros	Total			
Dólar Australiano	3.231.969	(2.400.000)	-	(2.400.000)	-	831.969
Dólar Norte Americano	6.384.854	(6.600.000)	-	(6.600.000)	-	(215.146)
Contravalor em Euros	<u>6.181.954</u>	<u>(5.926.183)</u>	<u>-</u>	<u>(5.926.183)</u>	<u>-</u>	<u>255.771</u>
Moedas	2007					
	Posição cambial					
	À Vista	A Prazo			Opções	Posição Global
Forward		Futuros	Total			
Dólar Australiano	7.686.847	(8.050.000)	-	(8.050.000)	-	(363.153)
Dólar Norte Americano	5.360.618	(5.500.000)	-	(5.500.000)	-	(139.382)
Contravalor em Euros	<u>8.228.722</u>	<u>(8.540.122)</u>	<u>-</u>	<u>(8.540.122)</u>	<u>-</u>	<u>(311.400)</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros acréscimos e diferimentos” inclui a reavaliação das operações cambiais a prazo no montante de 433.518 Euros e 351.964 Euros, respectivamente.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresentam o seguinte detalhe:

2008		
Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	667.414	1,2432%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	47.672	0,0888%
Taxa de supervisão	19.347	0,0360%
	734.433	
Outros custos	3.024	0,0056%
Comissões e taxas indirectas	885.811	1,6500%
Total de custos imputados ao Fundo	1.623.268	
Valor médio líquido global do Fundo	53.685.115	
Taxa global de custos (TGC)	3,0237%	
2007		
Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	525.530	1,2285%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	37.538	0,0877%
Taxa de supervisão	15.887	0,0371%
	578.955	
Outros custos	2.943	0,0069%
Comissões e taxas indirectas	568.726	1,3294%
Total de custos imputados ao Fundo	1.150.624	
Valor médio líquido global do Fundo	42.779.062	
Taxa global de custos (TGC)	2,6897%	

17. OUTRAS CONTAS DE CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Impostos a regularizar	166.414	774.668
Outros	1.512	1.476
	-----	-----
Total	167.926	776.144

A rubrica de "Impostos a regularizar" inclui o imposto a pagar relativo a rendimentos obtidos fora do território português no decurso do exercício, o qual será liquidado até ao final do mês de Abril do ano seguinte, em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, do Fundo Especial de Investimento Aberto "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 45.243.521 Euros e um total de capital do Fundo de 45.029.356 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.861.733 Euros, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu, para os aspectos materialmente relevantes: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 31 de Dezembro de 2008, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 547.000 Euros (aproximadamente 494.000 Euros em 31 de Dezembro de 2007).

Lisboa, 30 de Março de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães